

André Sekkel Cerqueira<sup>1</sup>

**Resumo:** No presente artigo proponho analisar as práticas de escrita da história no século XVII português. Elegei duas obras, das mais significativas impressas entre 1640 e 1680 em Portugal: *Ásia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, obra mandada imprimir pelo filho do autor, Pedro de Faria e Sousa, em 1666; e *História de Portugal Restaurado*, de D. Luis de Menezes, terceiro conde da Ericeira, impressa em 1679. A análise das obras ficou restrita aos preambulares, pois é nesta parte em que os autores ou editores escrevem sobre o teor da obra e como ela se enquadra no gênero ao qual pertence – no caso, o histórico. Por se tratar do estudo das práticas de escrita de um gênero, analisei os textos a partir de uma perspectiva retórica, uma vez que eram as artes retóricas que regravam a escrita no período estudado. Assim, identifiquei três autoridades do gênero histórico às quais os autores costumavam recorrer para autorizar o seu discurso: Cícero (do século I a. C.), Luciano de Samósata (século II d. C.) e Agostino Mascardi (século XVII).

**Palavras-chave:** gênero histórico; retórica; cultura escrita; História Ibérica Moderna; Restauração.

**Abstract:** In this article I propose to analyze the writing practices of history in the Portuguese seventeenth century. I have chosen two works, the most significant printed between 1640 and 1680 in Portugal: *Ásia Portuguesa*, from Manuel de Faria and Sousa, work sent to print by the author's son, Pedro de Faria and Sousa, in 1666; and *História de Portugal Restaurado*, D. Luis de Menezes, 3<sup>rd</sup> Count of Ericeira, printed in 1679. The analysis of these works was restricted to preambulars as it is in these parts where authors or editors write about the work contents and how they fall within the genre to which they belong – in the case history. Since this is the study of writing practices I analyzed the texts from a rhetorical perspective, since they were the rhetorical arts that regulated the writing of the 17<sup>th</sup> century. Thus, I identified three historical genre authorities to which the authors always resorted to authorize their speech: Cicero (1<sup>st</sup> century BC), Lucian of Samosata (2<sup>nd</sup> century AD) and Agostino Mascardi (17<sup>th</sup> century).

**Keywords:** historical genre; rhetoric; writing culture; Modern Iberian History; Restoration of Portugal.

---

<sup>1</sup> Graduado em História e Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Organizou, junto com a Profa. Dra. Laura de Mello e Souza, *Monções e capítulos de história colonial* (2014). [sekkel@gmail.com](mailto:sekkel@gmail.com).

## Introdução

Certa vez, Marc Bloch afirmou que a nossa história, mesmo permanecendo fielmente com seu nome helênico, não é aquela que escrevia Hecateu de Mileto<sup>2</sup>. Ele tinha razão, porém durante muito tempo os historiadores da Antiguidade foram modelos para aqueles que se aventurassem nas artes desse ofício. Os historiadores do século XVII, por exemplo, tinham, de fato, como modelos Hecateu de Mileto, Heródoto – cujo epíteto de “pai da história”, dado por Cícero no século I a. C.<sup>3</sup>, mantemos até hoje –, Tucídides, Políbio, ou mesmo os latinos Salústio, César e Dionísio de Halicarnasso, entre outros, que são constantemente referidos nos livros de gênero histórico<sup>4</sup> do XVII. Além disso, desde a Antiguidade até meados do século XVIII, a história, enquanto gênero do discurso, foi retoricamente regrada, como veremos. Neste artigo tratarei das práticas da escrita da história no século XVII a partir da análise dos textos preambulares<sup>5</sup> dos livros de dois portugueses: D. Luis de Menezes, Conde da Ericeira, e Manuel de Faria e Sousa, ambos autores de obras ainda hoje muito estudadas: *História de Portugal Restaurado*, do primeiro, e *Ásia portuguesa*, do segundo.

Na análise desses textos dei ênfase às práticas retóricas, pois entende-se que elas regulavam as práticas escritas no século XVII; por outro lado, o exercício de analisar retoricamente os textos de gênero histórico foi estimulado pela provocação de LaCapra, que reproduzo:

A retórica destaca o problema de como se lêem os textos. Ela levanta também a questão de se historiadores são capacitados para ler. Tenho notado a tendência de historiadores profissionais verem textos como documentos no sentido restrito da palavra e, da mesma forma, ignorarem as dimensões textuais dos documentos em si; ou seja, a maneira pela qual documentos "processam" ou reformulam o conteúdo em modos estritamente associados a processos sócio-culturais e políticos mais amplos<sup>6</sup>.

O conhecimento das técnicas retóricas do período estudado é extremamente relevante para a reconstituição das práticas de escrita anteriores ao século XVIII – momento no qual se percebe um uso menos intenso delas –, como procura-se demonstrar neste artigo.

### 1. De paratextos a preambulares

Inicialmente, será discutida uma questão conceitual bastante relevante para esta pesquisa. Na década de 1980, Gérard Genette chamou a atenção para uma parte do livro que não era a do texto dito principal. O crítico francês estava interessado em estudar aquilo que chamou de “paratextos”<sup>7</sup>. O que seria isso? Seriam os textos “paralelos” que se encontram nos livros, como a página de rosto, o prefácio, o título, o título dos capítulos etc. Seriam, também, todas as mensagens externas ao livro, veiculadas, principalmente, pelos suportes midiáticos. Ao

<sup>2</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Trad. André Telles. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51.

<sup>3</sup> Cf. CÍCERO. *Tratado das leis*. Trad. Marino Kury. 1ª. ed. Caxias do Sul: Educ, 2004, p. 40.

<sup>4</sup> Chamamos de gênero histórico a história anterior ao século XVIII pois não havia, ainda, uma noção “científica” de história. Ela era, como este artigo procurará evidenciar, regrada por preceitos retóricos e obedecia a determinadas características do gênero histórico.

<sup>5</sup> *Grosso modo*, preambulares são aqueles textos que precedem o conteúdo do livro propriamente dito, como as dedicatórias, prólogos, cartas ao leitor etc. Segundo as técnicas retóricas, esses textos têm a função de exórdio da obra. Porém, aquilo que na Antiguidade era feito em poucos parágrafos, no século XVII é feito com uma grande variedade de textos, cada um com um objetivo específico (por exemplo, a dedicatória não tem o mesmo objetivo do prólogo), mas todos exercendo a função de exórdio. É a esse conjunto de textos exordiais que chamamos preambulares. Cf. CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. 1ª. ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.

<sup>6</sup> LACAPRA, Dominik. Retórica e história. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 97–118, 2013, p. 114.

<sup>7</sup> Cf. GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.

<sup>8</sup> “Em torno do texto, no espaço do mesmo volume, como o título ou prefácio, e, às vezes, inserido nos interstícios do texto, como os títulos de capítulos ou certas notas; chamarei de *peritexto* essa primeira categoria espacial [...]” GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 12.

<sup>9</sup> “[...] todas as mensagens que se situam, pelo menos na origem, na parte externa do livro: em geral num suporte midiático (conversas, entrevistas), ou sob a forma de uma comunicação provada (correspondências, diários íntimos e outros). A essa segunda categoria eu batizo, na falta de um termo melhor, de *epitexto* [...]” GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009, p. 12.

primeiro grupo de textos Genette chamou de “peritexto”<sup>8</sup> e, ao segundo, chamou “epitexto”<sup>9</sup>. Assim, *paratexto* = *peritexto* + *epitexto*.

No entanto, entendo que definições universais, como é o caso do conceito de paratexto, acabam por se tornar trans-históricas, ou seja, esquecem das especificidades históricas que envolvem os elementos que compõem o paratexto. O livro de hoje não é igual ao livro do século XVII — seja na sua materialidade ou na sua função social — e, portanto, não devem ser vistos e estudados como se fossem. Essa parte do livro que Genette se propõe a estudar, da forma como o propõe, faz mais sentido em uma sociedade com uma imprensa já consolidada, com uma opinião pública já estabelecida, faz sentido muito mais numa sociedade burguesa como a nossa do que naquelas do Antigo Regime. Hoje, por exemplo, a capa do livro é importantíssima para chamar a atenção do leitor em uma livraria, ou o epitexto (aquele paratexto que está fora do livro) pode ter mais importância, porque aquilo que convencionalmente chamamos de mídia coloca coisas relativas ao livro editado em circulação. No Antigo Regime, em primeiro lugar, os livros eram vendidos, geralmente, sem encadernação — era o comprador que os mandava encadernar da maneira como gostaria e com o profissional de sua confiança. O primeiro contato que o leitor teria com o livro, portanto, era a página de rosto, onde o destaque era dado ao nome do monarca, príncipe ou nobre a quem a obra era dedicada. No livro do Antigo Regime havia, também, uma série de outros textos preambulares, como a “carta ao leitor”, as “licenças” e “aprovações”, extintas na atualidade<sup>10</sup>. Em resumo, entendemos que não é possível analisar[-se] um livro do século XVII com os olhos do XXI.

O termo paratexto, portanto, parece problemático em diversos níveis, até mesmo porque, como vimos, ele se divide entre peritexto e epitexto, e, quando usamos paratexto, em geral nos referimos ao peritexto; mas como esse termo também se refere aos títulos de capítulos e notas, fica difícil especificar somente aqueles textos que antecedem a matéria do livro propriamente dito. Uma saída, adotada por Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, é usar o termo *preambulares* para nos referirmos a esse conjunto de textos que antecedem a matéria do livro<sup>11</sup>. A parte do livro do século XVII (e também do XVI e do XVIII) que chamamos de paratexto é composta, em geral, pela dedicatória, carta ao leitor, prólogo, aprovação, licenças, taxaço. Entende-se que juntar no conceito de paratexto — ou peritexto — esses textos, nos leva a desconsiderar as especificidades que cada um deles teve naquela época.

Como as pesquisas de João Adolfo Hansen, Ivan Teixeira e Marcello Moreira já mostraram, nos séculos XVI, XVII e XVIII ibéricos, a instituição retórica greco-latina determinava a invenção dos discursos<sup>12</sup>. Desse modo, os textos preambulares têm uma função exordial retoricamente regrada, que pode variar de acordo com o gênero do livro, segundo a ideia de decoro — falar/escrever de maneira adequada segundo o público, a pessoa que fala/escreve e a matéria a ser tratada<sup>13</sup>. Isso quer dizer que os preambulares de um livro do gênero histórico não são iguais aos de um do gênero deliberativo, justamente porque o deliberativo é diferente do histórico<sup>14</sup>. No primeiro, todo o

<sup>10</sup> Analisaremos a página de rosto, as “cartas ao leitor”, “prólogos”, “licenças” e outros textos mais adiante.

<sup>11</sup> CARVALHO, M. do S. F. de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. 1ª. ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.

<sup>12</sup> Gostaríamos de destacar uma passagem de Hansen: “No Antigo Estado português anterior às reformas pombalinas, entre 1580, quando o país entrou na órbita cultural da Espanha, e 1750, quando morreu D. João V e teve início o governo de D. José I, as ‘belas letras’ eram ordenadas pelos padrões retóricos e teológicos-políticos divulgados pelos jesuítas na “*Officina*” condenada no *Compêndio histórico*. ‘Belas letras’, não ‘Literatura’, que ainda não existia como regime discursivo ficcional dotado de autonomia estético-mercado. Cf. HANSEN, J. A. *Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução*. In: PÉCORRA, A. (Org.). *Poesia seiscentista: Fênix renascida & Postilhão de Apolo*. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2002, p. 26.

<sup>13</sup> No *Orator*, de Cícero: “Or l'orateur doit voir ce qui est séant non seulement dans les idées, mais aussi dans les mots. En effet ni toutes les conditions, ni toutes les dignités, ni toutes les autorités, ni tous les âges, ni même tous les lieux, les temps, les auditoires ne doivent être traités avec la même sorte de mots ou d'idées, et toujours dans chaque partie d'un discours comme de la vie il faut considérer ce qui est séant. Et ceci réside d'une part dans la chose dont on traite et d'autre part dans les personnes de ceux qui parlent et de ceux qui écoutent.” [“Ora, o orador deve ver o que é conveniente não somente nas ideias, mas também nas palavras. Com efeito nem todas as condições, nem todas as dignidades, nem todas as autoridades, nem todas as idades, nem mesmo todos os lugares, os tempos, os auditórios não devem ser tratados com o mesmo tipo de palavras ou de ideias, e sempre em cada parte de um discurso como da vida, deve-se considerar o que é conveniente. E isso reside, de uma parte, na coisa da qual se trata e, da outra parte, nas pessoas daquelas que falam e daquelas que escutam.”] Cf. CÍCERO. *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Tradução Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 2008, p. 25, XXI, 71.

<sup>14</sup> O que chamamos de gênero histórico faz parte do gênero demonstrativo.

discurso visa a persuasão, defendendo ou atacando uma causa que será deliberada<sup>15</sup>. Já no gênero demonstrativo, o objetivo é elogiar ou vituperar algo ou alguém<sup>16</sup>. Neste caso, o público é simplesmente o espectador, enquanto que o público do gênero deliberativo é alguém que irá julgar.

Por que estudar justamente os preambulares? No decorrer de minha pesquisa pude constatar que nos prólogos, cartas ao leitor, dedicatórias etc., os autores apresentam ao público a matéria da qual irão tratar. Dessa forma, acabam falando sobre a história – no caso de escritos do gênero histórico. Sua análise histórica deve procurar reconstituir as práticas de uma cultura escrita que já não é mais a nossa. Por isso propomos que cada um desses textos preambulares sejam analisados em sua especificidade. Ao fazermos isso, percebemos que eles têm uma função de exórdio da obra, pois cada um a seu modo, segundo as regras que lhes são próprias, preparam o ouvinte ou leitor para o que virá na sequência. Entendemos, junto com Luisa López Grigera, que para se estudar as práticas<sup>17</sup> da escrita no século XVII é pertinente reconstituirmos os usos que aqueles escritores fizeram das artes retóricas a fim de, a partir delas, percebermos as transformações históricas dos gêneros e estilos para descobriremos aquilo que foi mais característico das obras daquele período. Como as artes retóricas foram as principais preceptivas para a invenção dos discursos durante muitos anos – desde o período da Grécia Antiga até meados do século XVIII – elas tornam-se, dessa forma, uma das melhores maneiras para se analisar e decodificar os textos escritos nessa época<sup>18</sup>. Segundo preceitos retóricos da Antiguidade, no exórdio procura-se alcançar três objetivos: deixar o público benevolente, dócil e atento para o que vem a seguir<sup>19</sup>. Para deixar o público dócil, o anônimo autor da *Retórica a Herênio* preceitua fazer um resumo daquilo que se irá tratar, fazendo o leitor/ouvinte atento, o que o tornaria dócil, “pois é dócil aquele que deseja ouvir atentamente”<sup>20</sup>. Ainda segundo o anônimo autor, teremos um público atento se prometermos falar de coisa importante para a República, ou algo que diz respeito aos próprios ouvintes/leitores. Já a captação da benevolência pode ser feita a partir de quatro lugares: baseados na nossa pessoa, na de nossos adversários, na dos ouvintes ou baseando-se na própria matéria do discurso<sup>21</sup>. Pe. Cipriano Soares, autor do manual de retórica usado nas escolas da Companhia de Jesus, afirma que “O exórdio é uma passagem que prepara adequadamente o espírito do ouvinte para o restante do discurso”<sup>22</sup>. Como se pode perceber, no exórdio é preciso introduzir o leitor no assunto que vem na sequência. É por isso que encontramos, no preâmbulo de livros do gênero histórico, trechos nos quais seus autores expõem aquilo que entendem por história.

## 2. Cartas dedicatórias

Começarei a análise dos exórdios detendo-me nas cartas dedicatórias de *Ásia portuguesa e História de Portugal Restaurado. Ásia portuguesa*, de Manuel de Faria e Sousa, foi impresso em 1666 na “Officina de Henrique Valente Oliveira Impressor del Rey N.S.”, em Lisboa<sup>23</sup>. Quem mandou imprimir o livro foi o filho do autor, Capitão Pedro de Faria e Sousa, que também o dedicou ao rei D. Afonso VI e escreveu o prefácio. Na dedicatória, Pedro dirige-se ao rei dizendo que a carta tem dois objetivos: o de dedicatória e o de petição. Em seguida, tece um elogio da obra escrita por seu pai, que “contiene Heroicas Acciones Lusitanas de aquellas más dilatadas Conquistas”, e adverte:

<sup>15</sup> Cf. [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 153 (Livro III, 2-3).

<sup>16</sup> Cf. [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 161 (Livro III, 10).

<sup>17</sup> Voltaremos a discutir a questão do estudo das práticas de uma cultura escrita mais adiante, mas gostaríamos de ressaltar o que diz Antonio Castillo Gómez sobre o assunto: “La historicidad de las normas es una parte fundamental de la historia de la cultura escrita que debe ponerse en conexión con la realidad más concreta de las prácticas, esto es, con los testimonios específicos donde se expresan los usos y funciones atribuidas al escrito.” CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, jun. 2003, p. 110.

<sup>18</sup> GRIGERA, L. L. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. 2ª. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 25.

<sup>19</sup> Podemos citar uma série de exemplos sobre esse tema, mas nos limitamos em referir apenas dois dos mais influentes tratados de retórica no século XVII: [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 57-61. CÍCERO. *De l'orateur*. Trad. Edmond Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2009. v. I, p. 52 (Livro I, XXXI, 143).

<sup>20</sup> [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 59.

<sup>21</sup> [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 59.

<sup>22</sup> SOARES, C. *Arte de Retórica*. Tradução Silvério Augusto Benedito. Lisboa: (Parte integrante da dissertação de mestrado em literaturas clássicas – área de literatura latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa), 1995, p. 47.

<sup>23</sup> SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

Veranse en este Historia dos cosas que rarísimas vezes suceden en el Mundo, que son, peso grande, y fuerças igualles para llevarle: y contanto desahogo sucede, que su Autor no dá passo con toda esa Maquina a los ombros, que no sea segurissimo por el camino del verdadero historiar, sin miedo de que el peso por grande le descomponga, ò altere<sup>24</sup>.

Neste trecho, podemos ver anunciada a matéria do livro: as heroicas ações lusitanas nas conquistas mais distantes. Também há um elogio do autor, que tem força suficiente para cumprir a pesada tarefa de escrever a história sem medo de se descompor ou alterar, seguindo no caminho do “verdadero historiar”. Logo em seguida, há uma lista dos grandes mestres da história: Heródoto, Tucídides, Plutarco, Josefo, Tito Lívio, Salústio, Quinto Cúrcio, Cornélio Tácito, Justino, Lúcio Floro, Veleio Patérculo, Mafeo, João de Barros, Guicciardini, D. Diego de Mendoza e D. Antonio de Fuen Mayor. Ao final, Pedro de Faria e Sousa completa: “de tal modo, que si cada uno dellos por si vale mucho, Manuel de Faria y Sousa por todos vale”.

A quantidade de historiadores referidos na dedicatória chama a atenção, ainda mais porque todos eles são considerados modelos a serem imitados, exemplos de como se deve escrever a história, e são constantemente citados por diversos autores. A afirmação de que Manuel de Faria e Sousa vale mais do que todos pode ser surpreendente pela falta de modéstia, porém ela não é desprovida de decoro. Ao contrário, ela favorece a intenção de tornar os leitores/ouvintes atentos e enfatiza outro ponto, o de que o autor da *Ásia portuguesa* segue o caminho do verdadeiro historiar, pois ele supera a todos.

Dizemos que essa carta dedicatória tem dois objetivos. O primeiro — dedicá-la ao rei D. Afonso VI — já foi cumprido fazendo-se grande elogio da obra. O segundo — petição — vem a seguir. Pedro pede que Vossa Majestade “ampare estos Escritos”. Logo depois, justifica seu pedido lamentando-se que “las cosas grandes tēgan necesidad de terceiro para conseguir el premio devido, quando el tercero mayoer es su misma grandeza”. Em seguida, termina a carta dedicatória elogiando D. Afonso VI, “que vemos resplandecer llenando esse Trono Imperial con heroicas y virtuosas Acciones, que aumentan en los Vassalos firmes esperanças de eternas felicidades”.

A dedicatória e os elogios feitos ao rei constituem uma prática da cultura escrita impressa na sociedade do Antigo Regime. Como mostra Arthur Marotti, escritores e impressores buscavam legitimidade, prêmio e prestígio de seus “mecenass”<sup>25</sup>. Isso tornou-se uma característica dos livros impressos, pois eles passaram a gravar de modo muito mais permanente do que o manuscrito o nome dessas pessoas às quais se dedicavam os livros<sup>26</sup>. Podemos comprovar isso simplesmente abrindo os livros de gênero histórico da Antiguidade. Heródoto não dedica suas *Histórias*, nem Tucídides sua *História da guerra do Peloponeso*, Tito Lívio também não dedica sua *História de Roma* e também não há dedicatória na *Conjuração de Catilina* de Salústio. Encontraremos dedicatórias em obras impressas, por exemplo nos historiadores italianos do século XVI, como Guicciardini e Maquiavel, que dedicaram seus escritos históricos aos Médicis. Em Portugal, após a Restauração em 1640, diversos livros de gênero histórico foram impressos e dedicados a D. João IV, D. Afonso VI e D. Pedro II, seus sucessores. Isso acontece porque o impresso possibilita uma ampla circulação das obras e, assim, serve para promover e fazer propaganda de nobres e príncipes. Apesar de o manuscrito ter, também, grande circulação, ele ainda fica restrito a um certo círculo de letrados, enquanto que o material impresso se espalha por uma área maior e com a finalidade de atingir leitores não apenas de um pequeno círculo, mas diversos letrados. Assim, o fato de se dedicar uma obra a um nobre ou ao príncipe ganha uma outra dimensão, pois o autor da dedicatória se mostra a toda a sociedade letrada.

Quando Pedro de Faria e Sousa se lamenta de ter que depender de terceiros para conquistar prestígio (no caso, ele queria conquistar prestígio para a obra do pai), aplica a tópica da decadência dos tempos, segundo a qual os costumes do presente são viciosos e não virtuosos como outrora. Ao fazer isso, ele não critica o fato de ter que dedicar sua obra a D. Afonso VI, mas enaltece a grandeza dos escritos de seu pai, que, sem o amparo do rei, não teria o devido reconhecimento.

<sup>24</sup> SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impresor del Rey N. S., 1666.

<sup>25</sup> Coloco *mecenas* entre aspas porque não necessariamente a pessoa a quem a obra era dedicada havia patrocinado o escritor ou o impressor. Acontecia, muitas vezes, dedicarem-se obras a reis ou nobres sem eles saberem. Isso acontecia porque o simples fato de se dedicar um livro a alguém numa condição social superior, no contexto da sociedade de Antigo Regime, já dava um certo prestígio e protegia os escritos de possíveis ataques. No caso de Portugal, Ivan Teixeira mostrou que na época de Pombal havia uma política de propaganda das políticas pombalinas e fazia parte dessa política a publicação de obras dedicadas ao próprio Marquês. Cf. TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

<sup>26</sup> MAROTTI, Arthur F. *Manuscript, print, and the English Renaissance lyric*. 1ª. ed. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995, p. 291-292.

A dedicatória que o Conde da Ericeira fez a D. Pedro II em *História de Portugal Restaurado*, impresso em 1679, começa assim:

Senhor.

O mayor cuidado dos Mestres das sciencias foy, mostrar em todos os séculos ao Mundo a ecliptica, por onde os Principes devem caminhar seguros, a gravar immortal nos Têmplos da Fama a sua posteridade. Porém pela diferença que se considera, entre o que se examina pelos olhos, ao que se percebe pelos ouvidos, deve ser preferida a historia moderna às ideas mays subidas dos que mays finamente discursaram nesta doutrina, & aos exemplos mays singulares dos que melhor expuseram os sucessos antigos<sup>27</sup>.

Aqui, vemos que o autor principia expondo uma visão daquela que deve ser considerada a história preferida – no caso, a moderna, pois é mais confiável o que se vê, não o que se ouve. Esse argumento está baseado na *Metafísica* de Aristóteles, logo no primeiro parágrafo, onde o filósofo grego nos ensina que a visão proporciona mais conhecimento do que as outras sensações, como ele chama<sup>28</sup>.

D. Luis de Menezes, no trecho acima citado, retoma um princípio da escrita da história presente também em Tucídides: a de que a história recente (ou moderna, como escreve o historiador português), e o testemunho que o historiador dela tem, é mais confiável do que a história de tempos mais distantes<sup>29</sup>. Tanto o Conde da Ericeira quanto Tucídides participaram de eventos que eles narraram. Tanto um como o outro também tiveram a oportunidade de investigar esses eventos e ouvir relatos de outras pessoas que participaram deles<sup>30</sup>.

Ao dizer que: “O mayor cuidado dos Mestres das sciencias foy, mostrar em todos os séculos ao Mundo a ecliptica, por onde os Principes devem caminhar seguros, a gravar immortal nos Têmplos da Fama a sua posteridade”, o Conde da Ericeira afirma a utilidade da sua ciência, a história<sup>31</sup>. Ela é útil porque mostra, a partir do passado, como as pessoas podem agir. É como afirma o historiador grego: “[...] quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará”<sup>32</sup>. A história é, pois, exemplo<sup>33</sup>. Durante o período que vai de Heródoto ao Conde da Ericeira, ela é considerada *magistra vitae*, mestra da vida, como definiu Cícero.

Nas duas dedicatórias analisadas é possível perceber que os autores colocam-se de forma submissa diante do governante<sup>34</sup>, reafirmando a sua posição de súditos do reino de Portugal. Também consideram o governante como autoridade capaz de proteger, amparar, dar destaque e prêmio às obras, como se sem isso elas fossem cair no esquecimento ou ficassem sem ter importância e sofressem com as censuras dos leitores.

<sup>27</sup> ERICEIRA, C. *História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo príncipe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galvão, 1679.v. I.

<sup>28</sup> Diz Aristóteles: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber. Sinal disso é o amor pelas sensações. De fato, eles amam as sensações por si mesmas, independentemente da sua utilidade e amam, acima de todas, a sensação da visão. Com efeito, não só em vista da ação, mas mesmo sem ter nenhuma intenção de agir, nós preferimos o ver, em certo sentido, a todas as outras sensações. E o motivo está no fato de que a visão nos proporciona mais conhecimentos do que todas as outras sensações e nos torna manifestas numerosas diferenças entre as coisas.” Cf. ARISTÓTELES. Giovanni Reale. *Metafísica*. Tradução Marcelo Perine. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.v. II, p. 3.

<sup>29</sup> “Na verdade, quanto aos eventos anteriores e principalmente os mais antigos, seria impossível obter informações claras devido ao lapso de tempo.” TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 19 [Livro I, 1].

<sup>30</sup> Cf. TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 28 [Livro I, 22].

<sup>31</sup> É importante lembrar que até o século XVIII, ciência (sciencia) não tinha o mesmo significado de hoje. Segundo o Vocabulário Portuguez & Latino, de Raphael Bluteau, Sciencia, “No seu rigor filosófico, he hũ conhecimento certo, & evidente pelas suas causas”. [Consulta on-line feita em 13/02/2016 no site: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/sciencia>].

<sup>32</sup> TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982, p. 28 [Livro I, 22].

<sup>33</sup> Luiz Costa Lima fez um interessante debate sobre o assunto, cf. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31-105.

<sup>34</sup> No caso de Pedro de Faria e Sousa, a dedicatória dirige-se ao rei D. Afonso VI, enquanto que o Conde da Ericeira dedica sua *História de Portugal Restaurado* ao “Sereníssimo Príncipe Nosso S.”, que era D. Pedro II. Quando este livro foi impresso, D. Afonso VI já havia sido afastado do governo, ficando seu irmão no lugar.

Numa sociedade de Antigo Regime, como mostrou Norbert Elias, quanto mais próximo do rei, mais distinção tinha a pessoa; além disso, todas as ações representavam a hierarquia daquela sociedade, que era extremamente regrada<sup>35</sup>. É essa lógica que podemos ver aplicada nas dedicatórias: elas representam a hierarquia e mostram como o autor sabe qual é o seu lugar, ao declararem-se súditos e pedirem os favores dos reis e príncipes. A dedicatória é afirmação do pacto teológico-político de sujeição, sendo própria de uma cultura impressa que se desenvolveu no Antigo Regime.

### 3. Carta ao leitor

Dentre os exórdios dos livros de gênero histórico encontramos, além da carta dedicatória, a carta ao leitor. Esse tipo de exórdio nem sempre aparece nos livros do século XVII, embora seja bastante usado. Como sabemos, os preambulares poderiam ser escritos pelo próprio autor da obra, ou pelo impressor, que muitas vezes era também o editor, ou por um terceiro, como no caso de *Ásia portuguesa*, no qual os exórdios são escritos por Pedro de Faria e Sousa, filho do autor. Seja quem for o autor desta carta, o que fica evidente é a representação do leitor, ou seja, de quem se espera a leitura da obra. Geralmente, trata-se de um leitor tão culto quando o autor, frequentador dos mesmos círculos sociais e, logicamente, letrado. Na *História de Portugal Restaurado* o autor se dirige aos leitores no prólogo e, portanto, não há uma carta ao leitor.

Apesar de não haver uma preceituação sobre o que deve ser uma carta ao leitor e o que deve ser um prólogo, os usos desses espaços nos preambulares do livro indicam que a primeira, em geral, é lugar para um diálogo mais próximo do autor com o seu leitor. Como o próprio gênero carta pressupõe, é uma conversa entre amigos ausentes. Quer dizer, quando ela é escrita o interlocutor está ausente e quando ela é lida quem está ausente é o autor. Já no prólogo, em geral, temos um discurso sobre a própria obra. No caso do gênero histórico, é neste lugar que o autor mostra que seus escritos fazem parte desse gênero e há, inclusive, uma preceituação dele<sup>36</sup>.

No texto “El capitan Pedro de Faria e Sousa a los que leyerem”, o autor faz, no primeiro parágrafo, uma exposição sobre o entendimento humano, um dom divino que Deus reparte dando a uns mais e a outros menos, sendo que o homem, “como diz Aristoteles en sus Metafisicas, naturalmente desea saber”<sup>37</sup>. Em seguida, no segundo parágrafo, seguindo o raciocínio do anterior, afirma que Manuel de Faria e Sousa foi autor superior a João de Barros, o qual tem a glória de ter sido o primeiro que escreveu sobre as ações dos portugueses na Ásia, enquanto Faria e Sousa tem a glória de ter sido o maior porque Deus o banhou com essa graça.

Na sequência, o filho de Manuel de Faria e Sousa procura mostrar que as obras de seu pai foram finalizadas antes da aclamação de D. João IV e, por isso, foram dedicadas a Filipe IV. No entanto, Pedro de Faria e Sousa faz de seu pai um profeta, que teria previsto a Restauração. Ele cita um longo trecho de uma carta que diz ter sido escrita por Manuel de Faria e Sousa como dedicatória a Filipe IV e chama a nossa atenção para uma passagem específica: “Esta História contiene las Hazañas gloriosas de singulares Vassallos vuestros en la Asia, desde que dieron principio al descubrimiento dela por el Oceano los felicísimos Principes de quien sois Descendiente, y Sucesor asta el año de 1640” [grifo meu]<sup>38</sup>. Neste trecho, na parte grifada, estaria a profecia do autor de *Ásia portuguesa*, pois ele afirma que o reinado de Filipe IV só iria até 1640. Toda a sequência dessa carta “aos que lerem” tem o objetivo de mostrar que Manuel de Faria e Sousa era tão grandioso que previu a Restauração. Citam-se trechos de outras obras suas, como de *Europa portuguesa*, e até mesmo alguns versos.

Algo que chama a atenção nessa carta é a reflexão sobre o entendimento e a demonstração de que Manuel de Faria e Sousa é melhor do que João de Barros. Pedro de Faria e Sousa, ao afirmar isso, argumenta que é vontade divina, pois Deus teria dado ao seu pai um entendimento superior. E foi justamente isso que o teria possibilitado

<sup>35</sup> Norbet Elias, depois de analisar o *lever* do rei no tempo de Louis XIV, na França, conclui o seguinte: “O que mais salta aos olhos nessa cerimônia é a meticolosa exatidão da organização. Mas, como vemos, não se trata de uma organização racional no sentido moderno, apesar da exatidão com que cada movimento é estabelecido previamente, e sim de um tipo de organização em que cada atitude revela um sinal de prestígio, simbolizando a divisão de poder da época.” ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 102.

<sup>36</sup> Sobre o prólogo, cf.: PORQUERAS MAYO, Alberto. *El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español*, 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.

<sup>37</sup> Em Aristóteles: “Todos os homens, por natureza, tendem ao saber”. Cf. ARISTÓTELES. Giovanni Reale. *Metafísica*. Tradução Marcelo Perine. 3ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.v. II, p. 3.

<sup>38</sup> SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

escrever uma história melhor. Ele ainda conta que muitos criticaram seu pai por escrever bem: “Alfin estos quieren, que Manuel de Faria sea malo por muy grande”. Para defender seu pai, Pedro argumenta que ninguém critica a Natureza por ser bela e nem Deus por tê-la feito assim. O ser humano, que nasceu para imitá-Lo, não deveria ser criticado por isso. Esses argumentos são de ordem providencialista. Se na dedicatória ao rei, por um lado, explicita-se sua submissão ao monarca, na carta ao leitor, por outro lado, fica evidente uma justificativa com base na religião. Assim, percebe-se que o discurso possui uma afirmação teológico-política do reino, além de uma preceituação retórica.

Esse texto, assim como todos os demais preambulares, exerce a função de exórdio. Como já dissemos, o anônimo da *Retórica a Herênio* preceitua quatro maneiras de captar a benevolência do leitor: baseando-se em nossa pessoa, na dos adversários, na dos ouvintes e na própria matéria do discurso. Nessa carta ao leitor que acabamos de analisar, Pedro de Faria e Sousa procura captar a benevolência de seu leitor a partir da matéria do discurso, que é seu pai. Na *Retórica a Herênio* encontra-se o seguinte preceito: “Baseados nas próprias coisas, tornaremos o ouvinte benevolente se elevarmos a nossa causa com louvores e rebaixarmos a do adversário com desprezo”<sup>39</sup>. Como pudemos ver, é exatamente isso o que faz o filho de Manuel de Faria e Sousa, ao procurar mostrar que seu pai não só foi melhor do que João de Barros, como também profetizou o fim do reinado de Filipe IV, o que comprovaria o grande entendimento que recebeu de Deus.

#### 4. O prólogo

Passemos, agora, para a análise dos prólogos. Seguindo com a *Ásia portuguesa*, Pedro de Faria e Sousa descansa a pena e deixa seu pai “falar”. Manuel de Faria e Sousa, aplicando os preceitos do exórdio, enaltece a sua obra, vitupera os seus críticos e mostra as dificuldades de ser autor de uma obra de história. Inicialmente, ele ataca aqueles que o acusam de escrever em estilo elevado, justificando que as matérias graves e elegantes pedem um estilo grave e elegante, como decorre da noção de *decoro*<sup>40</sup>. Diz ele: “Bien veo que los casos sublimes, las materias graves, y las sentencias ponderosas; sublime estilo, grabe elegancia, y ponderoso juicio quieren”<sup>41</sup>. O autor também atualiza um outro preceito ciceroniano quando afirma que os feitos e ações do passado são “artes, ó instrucciones vivas para los futuros” — é a noção de *historia magistra vitae*, da qual trataremos mais adiante.

Manuel de Faria e Sousa, pelo que foi dito acima, inicia o seu prólogo tratando da matéria de sua obra, defendendo-a de possíveis censuras que poderia receber dos leitores. Ele faz isso mostrando que se adequa ao *decoro* exigido pela matéria tratada; mostrando, também, que, mesmo sem ter muito talento, sua obra consegue algo mais grandioso do que um discurso construído com impecável eloquência: ela não deixa cair no esquecimento os feitos gloriosos. Ou seja, o historiador deve se preocupar muito mais em deixar para a posteridade a verdade dos acontecimentos — lembremos que Manuel de Faria e Sousa fala sobre o “verdadeiro historiar” — do que em escrever como um orador.

Essa finalidade da história é difundida por muitos autores dos séculos XVI e XVII, como Guicciardini (ou Guichardino, segundo a grafia portuguesa do século XVII) — já citado por Pedro de Faria e Sousa e que também será citado pelo seu pai como modelo de historiador que ele imita — que, em suas *Reflexões*, no parágrafo 143, escreve o seguinte:

143. Parece-me que todos os historiadores, sem nenhuma exceção, tenham errado no seguinte: deixaram de escrever muitas coisas que no tempo deles eram conhecidas, pressupondo-as conhecidas. Segue-se daí que nas histórias dos romanos, dos gregos e de todos os outros se deseja hoje a notícias em muitos pontos: *verbigrazia* das autoridades e diversidades dos magistrados, das ordens do governo, dos modos da milícia, da grandeza das cidades e de muitas coisas semelhantes, que na época de quem escreveu eram conhecidíssimas e por isso omitidas

<sup>39</sup> [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005, p. 61.

<sup>40</sup> A noção de *decoro* é importantíssima para se inventar retoricamente o discurso. Nos séculos XVI e XVII ela era retomada principalmente dos tratados de Cícero, como mostra Grígera nesse trecho: “El concepto de Cicerón, de que el decoro se corresponde a la cosa de que se habla, a quien habla y a quien se habla, lo recoge Granada. Es decir que por razón del decoro se debía adecuar la elocución a la materia, al emisor del mensaje y al receptor del mismo”. LÓPEZ GRIGERA, Luisa. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. 2ª. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994, p. 124.

<sup>41</sup> SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Oficina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666, Prólogo.



por eles. Mas se tivessem considerado que com a extensão do tempo extinguem-se as cidades e perde-se a memória das coisas, e que justamente para eternizá-las escrevem-se as histórias, teriam sido mais diligentes ao escrevê-las, de modo que os que nascem numa época distante possam ter todas as coisas diante dos olhos, assim como os que as presenciaram: é justamente essa a finalidade da história<sup>42</sup>.

A história, então, deve ter uma utilidade. Ela será útil se o historiador for capaz de colocar diante dos olhos de seus leitores todas as coisas tal como aconteceram. Como pretendo mostrar mais adiante, esse preceito de como deve ser a história aparece não só em Guicciardini, mas em Mascardi<sup>43</sup> e Luciano de Samósata<sup>44</sup>, duas autoridades do gênero histórico muito referidas no século XVII.

No quinto parágrafo, Faria e Sousa fala de seus mestres na arte da história e conta como imitou cada um deles:

[...] vi con gran exame (hablarè agora de la classe en que nos entramos con esta labor) entre los Griegos a Herodoto, y a Tucídides, y a Plutarco, y a Josefo: entre los Latinos a Tito Livio, y a Salustio, y a Quinto Curcio, y a Cornelio Tacito, y a Justino, y a Lucio Floro, y a Velejo Paterculo, y a Mafeo; de los vulgares a Juan de Barros, y al Guichardino, y a D. Diego de Mendoça, y a Don Antonio de Fuen Mayor, que son los verdaderamente dignos de imitacion. Quien fuere visto en todos, a todos encontrará con frecuencia en nuestros escritos; y con singularidad a los primeros seys, y a los ultimos quatro en lo general: en lo florido a Curcio, en los reparos a Tacito, en la forma a Justino, y en todo a Floro, y a Paterculo, porque en desahogo, y libertad de frases, y clausulas me hizieron siempre señalada embidia, y me llevaron la mano como unicos Maestros mios. Y finalmente a Plutarco en la introducion de políticas enseñanças, haz endonos dueño dellas, porque en parte estos nuestros assuntos son vidas de Varones claros, y en las que él escribiò le imitamos<sup>45</sup>.

Nesse trecho, pode-se ter uma noção da prática da escrita da história no século XVII. Para esses autores, as fontes — que, para nós, atualmente, são fundamentais para nossa prática e sem as quais não conseguimos trabalhar — são os historiadores antigos. Em certa medida, como o próprio Faria e Sousa comenta, a história deve ser escrita à luz dos antigos, mas com alguma novidade: “nuestro intento no es alcançarnos con el Magisterio de como se ha de escribir Historia; sino escribirla a las luzes del Antiguo con alguna osada novedad”. Assim, a história é imitação<sup>46</sup> daquilo que já foi escrito, mas sendo sempre atualizada. Dito de outra forma, Manuel de Faria e Sousa não reescreve o que já foi dito por João de Barros, mas o imita a fim de superá-lo. Como *magistra vitae*, e por ser vivida por seres humanos, como notou Tucídides, a história tende a se repetir, mesmo com algumas variações.

No prólogo de *História de Portugal Restaurado*, de D. Luís de Menezes, terceiro conde da Ericeira, não há uma parte denominada “carta ao leitor”. O diálogo do autor com o seu leitor acontece justamente no prólogo, como veremos. Por ora gostaria de ressaltar que é nesta parte que o autor trata mais especificamente do trabalho do historiador. Aqui, vemos aplicados alguns preceitos presentes no tratado *Como se deve escrever a história*, de Luciano de Samósata<sup>47</sup>. Chamo a atenção para o parágrafo 41:

<sup>42</sup> GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões*. Trad. Sérgio Mauro. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano de Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995, p. 111.

<sup>43</sup> Agostino Mascardi é autor do *Dell'arte istorica*, publicada no século XVII, no qual, logo no início, deixa claro o que entende por história: “[...] l'Arte istorica ha per suo fine l'insegnare a tessere convenientemente il racconto degli accidenti umani più memorabili”. MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi Editore, 1994, p. 11.

<sup>44</sup> Luciano de Samósata viveu no século II d. C. e é autor de diversos tratados, dentre eles o *Como se deve escrever a história*. Encontramos, no parágrafo 42 desse tratado, o seguinte sobre a utilidade da história: “Diz ele [Tucídides] que o que escreve é uma aquisição para sempre, mais que uma peça de concurso, voltada para o presente; diz ainda que não acolhe o fabuloso, mas deixa para a posteridade a verdade dos acontecimentos. Acrescenta também que a utilidade é o fim da história, de modo que, se alguma vez, de novo, acontecerem coisas semelhantes, se poderá, diz ele, consultando-se o que foi escrito antes, agir bem com relação às circunstâncias que se encontram diante de nós”. SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007, p. 71.

<sup>45</sup> SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666, Prólogo.

<sup>46</sup> Imitação, no século XVII, tem o sentido de emular, ou seja, de competir para se igualar e/ou superar o modelo imitado.

<sup>47</sup> É curioso notar que o próximo conde da Ericeira, já no século XVIII, pede a tradução dos tratados de Luciano.

41. Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela; alguém que não admita nem omita nada por ódio ou por amizade; que a ninguém poupe, nem respeite, nem humilhe; que seja um juiz equânime, benevolente com todos a ponto de não dar a um mais que o devido; estrangeiro nos livros e apátrida, autônomo, sem rei, não se preocupando com o que achará este ou aquele, mas dizendo o que se passou<sup>48</sup>.

Cícero também escreveu sobre a história em seus tratados. Numa passagem de *De oratore*, enquanto reclama que não há nos manuais de retórica preceitos sobre como escrever a história, fornece, ele mesmo, tais preceitos:

Vocês percebem que tarefa enorme é a escrita da história para o orador? [...] No entanto, não a encontro em parte alguma ensinada em separado nos preceitos dos rétores, pois são bastante evidentes. De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade? Não haver suspeita de favorecimento na escrita? Ou de ressentimento? [63] É evidente que esses alicerces são de conhecimento geral. A edificação propriamente dita, por outro lado, reside nos temas e nas palavras<sup>49</sup>.

O mesmo preceito de Luciano de Samósata, de que o historiador não deve ocultar nada por amizade ou por ódio, já aparecia em Cícero, como percebemos quando ele diz que não deve “haver suspeita de favorecimento [...] Ou de ressentimento”. D. Luis de Menezes, então, escreve que nem a amizade dos leitores pode encobrir os defeitos do escritor, “nem escurecerlhe os acertos o ódio”, ficando a obra entregue ao “tribunal da justiça dos desinteressados”, que louvam por merecimento os benevolentes e censuram os culpados. Pode-se subentender que a história contada no livro não é em favor de amigos e nem vingança contra os inimigos, mas é justa e pode ser julgada pelos desinteressados.

No segundo parágrafo do prólogo o conde faz um extenso elogio da empresa do historiador, que conta com dificuldades enormes para dar fim a sua obra. Logo na primeira linha ele afirma de forma categórica: “Hũa das maiores empresas do Mundo he a resolução de escrever hũa história”. Na sequência vêm as justificativas: além dos inumeráveis inconvenientes a serem vencidos, do trabalho excessivo, ter que usar adequadamente o estilo, colher as notícias, escrever e corrigir as provas, passar a limpo o texto e, enfim, receber o título de Autor, “então começa a ser Reo, & reo julgado com tam excessiva tyrania”.

Neste ponto do texto, o conde da Ericeira aplica o lugar comum<sup>50</sup> de comparar o escritor/historiador ao pintor/escultor, tão presente nos tratados de retórica e mesmo em *Como se deve escrever a história*, no qual aparece o seguinte:

Desse modo, não devem [os historiadores] buscar o que dizer, mas como dizê-lo. Em suma, é preciso considerar que quem escreve a história deve assemelhar-se a um Fídias, um Praxíteles, um Alcâmenes ou outro artista desse tipo, já que nenhum criou o ouro, a prata, o marfim ou algum outro material, que, pelo contrário, já existia e estava disponível [...]. Eles apenas moldavam, cortavam o marfim, poliam, colavam, ajustavam e ornavam-no com ouro – sendo esta a sua arte: tratar a matéria como se deve<sup>51</sup>.

Voltando ao *História de Portugal Restaurado*, lê-se:

Julgo por muyto errada a opiniaõ commua, que assenta, que a historia he paralelo da pintura: porque he tanto mays privilegiado o pintor que o Escritor, q teve lugar Apelles, pondo em publico hua figura que havia pintado, de lhe emendar a roupa, que hum artifice dellas lhe cõdenou por imperfeyta, & de castigar a ouzadia de outro, que naõ sendo pintor se atreveu a aguirlhe o perfil da figura. Naõ he concedida aos Escritores tante liberdade: porque no mesmo ponto que os sinetes do prelo acabaram de sellar a historia que escrevéram, logo perdéram toda a açção de

<sup>48</sup> SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 71.

<sup>49</sup> SCATOLIN, A. Cícero, Do orador, 2.51–64: a historiografia. *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91–96, 25 set. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas/article/view/104954>>. Acesso em: 29 set. 2015, p. 5.

<sup>50</sup> Entendia-se por lugar comum os lugares (*loci*) físicos imaginários onde guardavam-se os argumentos. Ver, p. 23-24 deste estudo. Cf. HANSEN, J. A. Lugar-comum. In: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (Org.). *Retórica*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2012.

<sup>51</sup> SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 77.

emendála, & na difficuldade de satisfazer a hum Mundo de juizos diversos, fica provado o desengano, de que não pode haver historia bem avaliada de todos<sup>52</sup>.

Comparando os dois trechos, vemos que Luciano de Samósata mostra como o historiador deve tratar a sua matéria, que não cabe a ele inventar nada (o que seria próprio dos poetas), mas mostrar, de maneira adequada, aquilo que já está disponível. D. Luis de Menezes, no seu texto, aplica o mesmo lugar comum, mas faz uma distinção entre o pintor e o escritor/historiador ao afirmar que o primeiro tem a vantagem de poder ajustar sua obra depois de expô-la, como o fez Apelles quando um especialista criticou as vestes que pintara. Ao escritor/historiador isso não é permitido, pois depois de impressa não há meios de corrigir o livro<sup>53</sup>. Note-se que em momento algum o conde nega esse lugar comum afirmando que são matérias distintas e muito diferentes uma da outra. Não é isso o que faz: ele apenas distingue um aspecto que é relativamente novo e não estava presente quando Luciano, Quintiliano, Cícero, Aristóteles e Platão escreveram seus tratados: D. Luis de Menezes atualiza a comparação mencionando o papel da imprensa.

Depois de uma relação de inconvenientes a serem superados pelos historiadores, o conde afirma que se costuma escrever história dos séculos passados; porém, a sua *História de Portugal Restaurado* trata do presente. Isso, segundo a linha do discurso construído no prólogo, traz mais dificuldades à sua empresa. Um dos desafios era lidar com os relatos distintos sobre as mesmas batalhas. Ele mesmo esteve presente em algumas, mas nunca pôde ouvir uma relação da guerra sem notar as contradições em relação ao que viu. Assim, D. Luis de Menezes coloca em xeque a ideia de que o ver e ouvir garantem a veracidade da história. Na dedicatória este é o argumento usado: deve-se preferir a história moderna à antiga, como o visto ao ouvido. A saída encontrada foi entranhar-se no amor à pátria, “fundado no justo temor de q não accultassem mortaes, as urnas do esquecimento, as acções gloriosas de tantos heroes excellentes”, e, acima de tudo, o empenho em “descobrir os motivos do principio, & remate desta historia de Portugal restaurado”. O objetivo é, como afirma o autor, mostrar ao mundo “a justiça com que o Serenissimo Rey D. João o IV. de immortal memoria se restituiu à Coroa de Portugal”.

Evocando seu amor à pátria, a sua opinião – “q amey sempre mays q a propria vida” – e o fato de ter presenciado as vitórias do reino, como diz, o conde pretende que sua história seja verdadeira e justa – como deve ser toda história, conforme os autores utilizados, Cícero e Luciano. Só para nos lembrarmos, o primeiro, no trecho citado acima, questiona justamente isso: “De fato, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer nada de falso? Em seguida, ousar dizer toda a verdade?” Como em um tribunal, D. Luis de Menezes defende sua causa e acusa os adversários, que só escreveram mentiras e “erradas noticias”. Os autores castelhanos, por exemplo, encobriram as vitórias portuguesas com ficções, e por isso era necessário escrever contra essas mentiras. Vale lembrar que este texto foi escrito durante o período em que as virtudes também estão no sangue de linhagem nobre, como fica claro em certa passagem desse prólogo, quando o autor afirma ter herdado “de antigos & valerosos Avos ser a verdade alma da vida, como he da historia”. Para sustentar a veracidade de sua *História de Portugal Restaurado*, argumenta sobre a “segurança de testemunhas desinteressadas, que tiveram sem dependencia parte em todos os sucessos politicos & militares”. Como disse Luciano, a história não deve ter pátria, nem rei, nem beneficiar os amigos nem rebaixar os inimigos. Podemos pensar que D. Luis de Menezes não pôde renegar a sua pátria e o seu rei, mas deu argumentos, com base nos costumes do Antigo Regime e seguindo os preceitos retóricos, no sentido de mostrar que a sua história era verdadeira. Tendo argumentado que as suas testemunhas, elas sim, são desinteressadas e sem dependência, garantia a imparcialidade necessária a uma história justa e verdadeira. Ele mesmo afirmou: “naõ quero mayor recompensa que o conhecimento, de que a tégora naõ saiu ao Mundo historia mays verdadeyra”.

No penúltimo parágrafo desse prólogo, encontramos aplicado um preceito que aparece em Quintiliano (livro II, XIII, 12)<sup>54</sup>, quando faz uma comparação entre o escritor e o pintor Apelles, o qual teria representado Antígona de perfil para esconder seu olho perfurado. No discurso aconteceria a mesma coisa: por vezes o escritor deveria dissimular alguns detalhes por não serem próprios de serem mostrados. Assim, o conde da Ericeira afirma que mesmo o historiador descobrindo alguns defeitos de interesse público, não deveria mostrá-los porque

<sup>52</sup> DA ERICEIRA, C. de. *História de Portugal Restaurado offerecida ao serenissimo principe Dom Pedro nosso senhor escritta por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c.* Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.

<sup>53</sup> Essa observação feita pelo Conde da Ericeira indica as mudanças provocadas pelo uso do livro impresso: uma vez saído do prelo, não há como alterar mais nada. Mesmo as erratas são elaboradas no momento da impressão e apenas indicam alguns erros que os impressores perceberam.

<sup>54</sup> QUINTILIAN. *Institution Oratoire*. Livre II. Tradução de Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

serviriam aos leitores muito mais como estímulo do que como correção. Desse modo, ficam já justificadas as omissões que podem ser alvos de crítica por parte de alguns leitores.

## Conclusão

Gostaria de voltar àquela afirmação de Marc Bloch, citada logo no início do artigo: “Mesmo permanecendo pacificamente fiel a seu glorioso nome helênico, nossa história não será absolutamente, por isso, aquela que escrevia Hecateu de Mileto”<sup>55</sup>. Como, afinal, era a história que Hecateu de Mileto escreveu? De sua obra, nos restaram apenas fragmentos; um dos mais conhecidos é o exórdio, no qual lemos o seguinte: “Assim fala (*mytheítai*) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro; pois os relatos (*lógoi*) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos”<sup>56</sup>. Arnaldo Momigliano fez algumas reflexões sobre esse historiador, antecessor de Heródoto. Para o intelectual italiano, apesar de Homero ser um modelo para os historiadores gregos antigos, na sua forma de narrar os acontecimentos, Hecateu de Mileto teria rompido com a tradição grega ao separar-se da influência das Musas. Ele atribuía aos homens aquilo que a tradição atribuía aos deuses. Para Momigliano, a importância desse historiador antigo está em sua disposição de comparar diferentes tradições nacionais para encontrar a verdade<sup>57</sup>.

Vejamos como outros autores antigos pensavam a história. Cícero, por exemplo, é constantemente citado por historiadores, apesar de nunca ter escrito um texto exclusivamente sobre o assunto. No seu diálogo *De oratore*, em certa altura, Antônio pergunta a Cátulo a que tipo de orador cabe a escrita da história; ao que o outro responde: “basta não ser mentiroso”<sup>58</sup>. Essa passagem trata da diferença entre os historiadores gregos, que seriam melhores, e romanos, que não seriam tão bons. Assim, em Roma, para ser um bom historiador, bastaria seguir o princípio da história: a busca pela verdade — que se conquistaria apenas por não mentir.

Para Luciano de Samósata, como já foi mostrado anteriormente, o historiador deve ser amigo da verdade: “Portanto, assim seja para mim o historiador: sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade; como diz o poeta cômico, alguém que chame os figos de figos e a gamela de gamela”<sup>59</sup>. Ao historiador, então, não cabe inventar o que dizer, pois isso já está dado; cabe a ele apenas buscar como se deve dizer.

Agostino Mascardi, autor do tratado *Dell'arte istorica*, impresso no século XVII e de ampla circulação — o próprio Conde da Ericeira o cita como autoridade de seu discurso histórico sobre a Restauração —, afirma a mesma coisa das autoridades já citadas. Para ele, a verdade são os olhos da história: “[...] quasi che la verità fosse l'occhio dell'istoria, come da Marco Tullio é detta *lux veritatis*, cio è a dir occhio della verità”<sup>60</sup>.

Atualmente, Carlo Ginzburg parece estar de acordo com essa regra, como se pode constatar na seguinte passagem: “[...] eu sustento que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores”<sup>61</sup>.

Apesar dessa característica da história de sempre buscar dizer a verdade, Marc Bloch tinha razão. Hoje, nossa história não é a mesma dos antigos. Até meados do século XVIII é possível perceber uma preceituação retórica da história, definindo o modo como determinados assuntos deveriam ser tratados, as palavras e o estilo a serem usados de acordo com o assunto — não era possível contar a história de um rei usando um estilo baixo —, a forma como deveriam ser feitas as descrições das pessoas ou das cidades, etc. Até esse período, a história estava muito próxima da poesia. Aristóteles, na *Poética* (IX, 50) afirma que a diferença entre elas é que a história deve dizer o que aconteceu, enquanto a poesia diz o que poderia ter acontecido. Mesmo assim, no século XVII a discussão ainda é feita. Temos um Pe. Le Moyne afirmando justamente que a história é próxima da poesia e que aquela, inclusive, veio antes dessa, pois “que la Fable n'est venuë qu'après [sic] la Verité, & la Musique après [sic] la

<sup>55</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história*, ou, O ofício de historiador. Trad. André Telles. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51.

<sup>56</sup> HARTOG, François (Org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. 1ª. ed. Belho Horizonte: Editora UFMG, 2001, p. 41.

<sup>57</sup> MOMIGLIANO, Arnaldo. *Les fondations du savoir historique*. Trad. Isabelle Rozenbaumas. Paris: Les Belles Lettres, 2004, p. 38-39.

<sup>58</sup> SCATOLIN, Adriano. Cícero, Do orador, 2.51-64: a historiografia. *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91-96, 2015, p. 91.

<sup>59</sup> SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007. p. 71.

<sup>60</sup> “como se a verdade fosse o olho da história, como Marco Túlio é chamada *lux veritatis*, o que quer dizer os olhos da verdade” [tradução livre de minha autoria]. MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi Editore, 1994, p. 83.

<sup>61</sup> GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 47-63, p. 61.

Parole". E ele segue seu argumento dizendo que "l'Antiquité donnant les noms des neuf Muses aux neuf Livres de l'Histoire d'Herodote, a voulu par là feire entendre au Monde, que l'Histoire estoit de la famille des Muses"<sup>62</sup>.

Neste artigo procurei mostrar como é importante para o historiador que trate de um período anterior ao século XVIII ter noções de retórica, pois eram as artes retóricas determinantes das práticas da escrita, inclusive da história. A própria busca da verdade era retoricamente determinada, uma vez que era o discurso do historiador o responsável por provocar o convencimento do público.

## Referências bibliográficas

- ARISTÓTELES. Giovanni Reale. *Metafísica*. Tradução Marcelo Perine. 3ª. ed. v. II. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Trad. André Telles. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CARVALHO, M. do S. F. de. *Preambulares do livro seiscentista em Portugal e no Brasil*. 1ª. ed. Teresina: EDUFPI / FAPEPI, 2009.
- CASTILLO GÓMEZ, A. Historia de la cultura escrita: ideas para el debate. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 5, jun. 2003.
- CÍCERO. *De l'orateur*. Trad. Edmond Courbaud. v. I. Paris: Les Belles Lettres, 2009.
- CÍCERO. *L'orateur / Du meilleur genre d'orateurs*. Tradução Albert Yon. Paris: Les Belles Lettres, 2008.
- [CÍCERO]. *Retórica a Herênio*. Trad. Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2005.
- CÍCERO. *Tratado das leis*. Trad. Marino Kury. 1ª. ed. Caxias do Sul: Educ, 2004.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ERICEIRA, Conde da. *História de Portugal Restaurado oferecida ao sereníssimo príncipe Dom Pedro nosso senhor escrita por Dom Luis de Menezes conde da Ericeira, do conselho de Estado de S. Alteza, Seu Vedor da Fazenda, & Governador das Armas da Provincia de Tras os Montes, &c*. Lisboa: na Officina de João Galraõ, 1679.
- GENETTE, G. *Paratextos editoriais*. Tradução Álvaro Faleiros. 1ª. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2009.
- GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: *Relações de força: história, retórica, prova*. Trad. Jônatas Batista Neto. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 47-63.
- GUICCIARDINI, Francesco. *Reflexões*. Trad. Sérgio Mauro. 1ª. ed. São Paulo: Hucitec; Instituto Italiano de Cultura; Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1995.
- HANSEN, J. A. Fênix renascida & Postilhão de Apolo: uma introdução. In: PÉCORA, A. (Org.). *Poesia seiscentista: Fênix renascida & Portilhão de Apolo*. 1ª. ed. São Paulo: Hedra, 2002.
- HANSEN, J. A. Lugar-comum. In: MUHANA, A.; LAUDANNA, M.; BAGOLIN, L. A. (Org.). *Retórica*. 1ª. ed. São Paulo: Annablume, 2012.
- HARTOG, François (Org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- LACAPRA, Dominik. Retórica e história. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 97-118, 2013.
- LE MOYNE. *De l'histoire*. Paris: Chez Loüis Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670.
- LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LÓPEZ GRIGERA, Luisa. *La Retórica en la España del Siglo de Oro*. 2ª. ed. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1994.
- MAROTTI, Arthur F. *Manuscript, print, and the English Renaissance lyric*. 1ª. ed. Ithaca / Londres: Cornell University Press, 1995.
- MASCARDI, Agostino. *Dell'arte istorica*. Modena: Mucchi Editore, 1994.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. *Les fondations du savoir historique*. Trad. Isabelle Rozenbaum. Paris: Les Belles Lettres, 2004.
- PORQUERAS MAYO, Alberto. *El prólogo como género literario: su estudio en el siglo de oro español*. 1ª. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1957.
- QUINTILIEN. *Institution Oratoire*. Livre II. Tradução de Jean Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 2003.
- SAMÓSATA, Luciano. *Como se deve escrever a história*. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2007.
- SCATOLIN, Adriano. Cícero, Do orador, 2.51-64: a historiografia. *Letras Clássicas*, v. 15, n. 1, p. 91-96, 2015.

<sup>62</sup> LE MOYNE. *De l'histoire*. Paris: Chez Loüis Billaine, en la grand Salle du Palais, au grand Cesar & à la Palme, 1670, p. 6.

SOARES, C. *Arte de Retórica*. Tradução Silvério Augusto Bedito. Lisboa: (Parte integrante da Dissertação de Mestrado em Literaturas Clássicas – Área de Literatura Latina, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa), 1995.

SOUSA, Manuel de Faria e. *Ásia portuguesa*. 1ª. ed. Lisboa: En la Officina de Henrique Valente de Oliveira Impressor del Rey N. S., 1666.

TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. 1ª. ed. São Paulo: Edusp, 1999.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 1ª. ed. Brasília: Editora UnB, 1982.